

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8049129-51.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: ADVOGADA: OAB/BA 62.488 IMPETRADO: JUÍZO DA VARA DE AUDIENCIA DE CUSTODIA DA COMARCA DE SALVADOR PROCURADOR DE JUSTIÇA: . PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE DECRETADA EM 07/12/2022, PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 157, § 2º, INCISO II e 2º-A, INCISO I, DO CPB, COM FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. 01- ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INACOLHIMENTO. PRESENTES O FUMUS COMISSI DELICTI E O PERICULUM LIBERTATIS. VISLUMBRADA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO APTA A ENSEJAR A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PRECEDENTES. DECISUM VERGASTADO FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO SE MOSTRAM INEFICIENTES NO PRESENTE CASO. 02-SUSTENTAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS COMO BONS ANTECEDENTES, PRIMARIEDADE E RESIDÊNCIA FIXA QUE DESAUTORIZAM A APLICAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE, MESMO SE EXISTENTES, POR SI SÓ, NÃO CONDUZEM AO AFASTAMENTO DA PRISÃO CAUTELAR. PARECER MINISTERIAL PELO CONHECIMENTO E DENEGACÃO DA ORDEM. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA COM RECOMENDAÇÕES PARA QUE O MAGISTRADO DE PISO PROCEDA A REAVALIAÇÃO DA PRISÃO COM FILCRO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 316 DO CPP. Vistos, relatados e discutidos estes Habeas Corpus tombados sob o número de 8049129-51.2022.8.05.0000, em que figuram como Paciente , como Impetrante a Bela. OAB/BA 62.488 e como Impetrado MM. Juiz de Direito da Vara de Audiência de Custódia da Comarca de Salvador/Ba. ACORDAM os senhores Desembargadores, componentes da Primeira Câmara Criminal – Segunda Turma, à unanimidade, em CONHECER e DENEGAR A ORDEM de Habeas Corpus, de acordo com o voto da Relatora, que foi vertido nos seguintes termos: PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA APÓS A SUSTENTAÇÃO ORAL DA ADVOGADA DRA. , A RELATORA DESA. ,COM RECOMENDAÇÕES AO JUÍZO DO PRIMEIRO GRAU, ACOMPANHA A TURMA JULGADORA À UNANIMIDADE. Salvador, 7 de Fevereiro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8049129-51.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: ADVOGADA: OAB/BA 62.488 IMPETRADO: JUÍZO DA VARA DE AUDIENCIA DE CUSTODIA DA COMARCA DE SALVADOR PROCURADOR DE JUSTIÇA: RELATÓRIO Cuida-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado pela advogada OAB/BA 62.488, em favor de , apontando, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da Vara de Audiência de Custódia da Comarca de Salvador/Ba. Narra a Impetrante que o “Paciente fora preso em flagrante delito, em 19 de outubro de 2022, pela suposta prática de crime de roubo majorado (CP, art. 157, § 2º-A, inciso I, e art. 157, § 2º, inciso II, ambos do Código Penal)”, sendo a sua prisão em flagrante sido convertida em preventiva na audiência de custódia sob o fundamento da necessidade de garantia da ordem pública. Aduz a existência de constrangimento ilegal a ensejar a concessão liminar e posterior confirmação da ordem a desfundamentação do decreto preventivo, pautado na gravidade abstrata do crime, não havendo, ademais, elementos para configurar o alegado “risco de reiteração delitiva”, uma vez que se trata de Paciente que ostenta condições pessoais favoráveis fazendo jus, portanto, à restituição de sua liberdade e, subsidiariamente, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP. Acostou aos autos os documentos no ID 37831909 e seguintes. 0

pleito antecipatório de tutela fora indeferido, conforme decisão de ID 37926020. Os informes judiciais foram prestados pela autoridade apontada como coatora, conforme ID 38412596. A Procuradoria de Justiça em parecer ID 38675989 opinou pelo conhecimento e denegação da ordem, entendendo pela inexistência de constrangimento ilegal. Petição do Impetrante, juntada no documento de ID 38692916, pugnando pela liberdade do Paciente, diante da favorabilidade das suas condições pessoais, entendendo, ainda, ser perfeitamente aplicável, no presente caso, as medidas alternativas previstas na inteligência do art. 319 do CPP. Novamente instada a se manifestar, à Ilustre Procuradoria de Justiça, no documento de ID 38931955, ratificou o parecer de ID 38675989. Em seguida, os autos vieram-me conclusos na condição de Relatora e, após análise processual, determinei a sua inclusão em mesa de julgamento. É o Relatório. Salvador/BA, de de 2023. Desa. – 1ª Câmara Crime 2ª Turma Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8049129–51.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: ADVOGADA: OAB/BA 62.488 IMPETRADO: JUÍZO DA VARA DE AUDIENCIA DE CUSTODIA DA COMARCA DE SALVADOR PROCURADOR DE JUSTIÇA: VOTO O habeas corpus é uma ação mandamental, prevista no art. 5º, inciso LXVIII da Constituição da Republica, destinada a proteção da liberdade de locomoção quando ameaçada ou violada por ilegalidade ou abuso de poder. Inicialmente, o inconformismo da Impetrante é fulcrado no possível constrangimento ilegal sofrido pelo Coacto advindo da ausência de fundamentação do decreto preventivo. Além disso, diante da favorabilidade das suas condições pessoais do Paciente, sustenta a Impetrante ser perfeitamente aplicável, in casu, as medidas cautelares diversas da prisão, previstas na inteligência do art. 319 do Código de Processo Penal. 01–DA ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL Compulsando os autos, verifica-se que, no dia 19 de outubro de 2022, por volta das 11h40min, na Rua Professor , bairro Stiep, nesta Capital, o Paciente, na companhia de , em evidente comunhão de desígnios e propósitos previamente ajustados, mediante grave ameaça consubstanciada na utilização de arma de fogo, do tipo revólver, marca Taurus, calibre 38, numeração 130680, subtraíram, para proveito comum, 01 (um) aparelho de telefone celular da marca Motorola, cor azul, IMEI 353594110871972, de propriedade da vítima, . Apurou-se, ainda, que a vítima estava transitando em via pública quando foi surpreendida pelos acusados, a bordo de um veículo automotor da marca Honda, modelo Fit, cor azul, placa policial FUX8J75. Ato contínuo, desceu do referido automóvel, enquanto o Paciente permaneceu na sua condução e mediante grave ameaça, apontando-lhe a arma de fogo, exigiu da ofendida a entrega do seu aparelho de telefone celular, deflagrando, inclusive, um tiro. Impossibilitada de oferecer qualquer resistência, a ofendida jogou o celular ao chão, quando, então, o acusado , já de posse do aparelho, empreendeu imediata fuga no veículo Honda Fit, conduzido pelo coacto, levando consigo a res furtiva. Por derradeiro, relata os informes da Autoridade Impetrada, documento de ID 38412596, que “ imediatamente, a ofendida relatou o ocorrido para o seu marido, que é militar, tendo este acionado a Polícia Militar via rádio, descrevendo as características do veículo. Assim foi que, empreendidas as diligências, os agentes policiais localizaram e identificaram o automóvel descrito – ocupado pelos denunciados – na Avenida Otávio Mangabeira, bairro Jardim dos Namorados, logrando interceptá-lo nas imediações da Rua Amendoeira do Jardim Imperial, pois não fora atendida a ordem de parada. Durante a abordagem,

foram encontrados, no interior do veículo, o aparelho de telefone celular da vítima, bem assim a arma de fogo utilizada na empreitada criminoso e diversos pertences de vítimas distintas, todos descritos no Auto de Exibição e Apreensão.” Após análise dos fatos, vejamos teor do decreto prisional do Paciente: FLS. 49/52 DO DOCUMENTO DE ID 37832720- “ (...) Examinando-se os presentes autos, verifica-se a existência de indício suficiente acerca da autoria e da materialidade através dos depoimentos dos Policiais Militares de Os. 20/21, 23 c 26, 10 271548234, das vítimas às Os. 36/37 c 42, 10 271548234. e do auto de exibição e apreensão acostado às Os. 28/29. 10 271548234. Além disso, tem-se que as circunstâncias em que se deu a prisão dos Flagranteados e o modus operandi em que cometeram o delito, tendo praticado o delito de roubo mediante grave ameaça exercida com o uso de arma de fogo e simulacro de arma de fogo, para subtrair os pertences das vítimas, tendo ainda deflagrado um tiro no momento do assalto a uma das vítimas que por motivo alheio a sua vontade não houve a prática de um crime maior, demonstrando a gravidade concreta das suas condutas, com reconhecimento dos Flagranteados pela vítima, como também a hediondez do delito comprovadas nas circunstâncias em que se desenrolaram os fatos, necessitando melhor salvaguarda à aplicação da lei penal e a credibilidade na Justiça, sendo que suas liberdades afetarão a ordem pública, reforçando a nossa convicção quanto à necessidade de suas custódias. (...) O perigo no estado de liberdade dos Flagranteados tá revelado na necessidade, visando, sobretudo, resguardar a ordem pública, de modo a evitar a reiteração de condutas delitivas por parte destes, posto que a forma como o delito foi praticado evidencia um grau elevado de periculosidade quanto aos Autuados. (...)” (grifos nossos). Inicialmente, conforme exsurge dos elementos colhidos dos autos, a Autoridade indigitada Coatora decretou a prisão preventiva do Paciente, uma vez existir lastro probatório suficiente que os aponta, ao menos em tese, como os autores da prática do crime de roubo majorado, porquanto a Douta Juíza a quo demonstrou estarem devidamente comprovadas a materialidade e suposta autoria do delito previsto no artigo 157, § 2º, inciso II e 2º-A, inciso I, do Código Penal. (fumus commissi delicti). Após a comprovação da materialidade e da existência de indícios da autoria, passamos a análise dos outros requisitos da prisão preventiva. É cediço que, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva será decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (periculum libertatis), tratando-se, então, de medida imposta apenas em casos extremamente necessários. Por sua vez, diante de tal constatação, inteiramente acertado o fundamento da garantia da ordem pública empregado pela Magistrada de piso para decretar a constrição cautelar em desfavor do coacto, em face da gravidade concreta do crime. Com efeito, a gravidade do roubo majorado aponta com segurança a necessidade de salvaguarda da ordem pública, diante das circunstâncias em que ocorreu a prática delitiva, inclusive, pela deflagração de tiros na direção da vítima. Nesse sentido, informou a Autoridade Impetrada que “ o paciente e outro acusado tiveram homologado o flagrante lavrado pela Autoridade Policial, na Vara de Audiência de Custódia de Salvador que decretou a prisão preventiva, seguindo o parecer do MP, com fundamento estarem presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, considerando a periculosidade do acusado pelo modus operandi da prática delituosa, haja vista ter praticado delito de roubo em concurso de pessoas, valendo-se de grave ameaça às vítimas pelo emprego de arma de

fogo, ocasião em que, subtraiu os pertences de várias vítimas.” (documento de ID 38412596) Conforme se verifica da decisão juntada às fls. 49/52 do documento de ID 37832720, o fundamento legal utilizado pela Autoridade apontada como Coatora para justificar a necessidade de acautelamento da ordem pública está em consonância com o entendimento dos Tribunais Nacionais, que destacam a relevância da gravidade em concreto da conduta criminosa. PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA CONTRA A FILHA DA EX-COMPANHEIRA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AGENTE QUE PERMANECEU FORAGIDO POR UM PERÍODO. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 2. A negativa do recurso em liberdade está adequadamente motivada para garantia da ordem pública e com base em elementos concretos extraídos dos autos, que evidenciam a gravidade da conduta criminosa, tendo em vista que o recorrente teria abusado sexualmente da filha da sua ex-companheira. 3. Hipótese em que a vítima era atraída para a residência do condenado, a pretexto de trabalhar por dinheiro ou comida, valendo-se o agente dessas oportunidades para ficar a sós com a adolescente. Com o fim de satisfazer a própria lascívia, o recorrente passava a acariciá-la em suas partes íntimas, peitos, coxas e genitália, praticando assim diversos atos libidinosos, obrigando também a ofendida a manter relações sexuais com ele, ora a ameaçando com uma faca ou com uma espingarda. 4. A garantia da aplicação da lei penal reforça a necessidade da medida constritiva, uma vez que o recorrente permaneceu foragido por um período, até o cumprimento do mandado de prisão. 5. Recurso não provido. (RHC 102.967/PI, Rel. Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2021, DJe 15/10/2021) HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. É legítima a prisão cautelar decretada com o fim de garantir a ordem pública, dada a gravidade concreta da ação. 2. No caso, o fumus comissi delicti está consubstanciado no teste de paternidade, nas provas testemunhais, no depoimento da vítima e até na própria confissão do réu quando da apresentação de sua resposta à acusação. O periculum libertatis é decorrente da gravidade concreta dos delitos, evidenciada pelo modus operandi empregado nas condutas criminosas, pois o paciente, que era companheiro da mãe da vítima há muitos anos, desde a época em que ela própria era bebê, prevalecendo-se do fato de residir com a vítima, manteve com a menor conjunção carnal e praticou atos libidinosos em mais de uma oportunidade, o que até resultou uma gravidez. 3. Tais circunstâncias também tornam inadequada a substituição da prisão cautelar por medidas alternativas, ainda mais considerando que o mandado de prisão, até o momento, não foi cumprido, o que demonstra estar o paciente se furtando ao processo. 4. A alegada ausência de contemporaneidade do decreto prisional não foi objeto de exame pela Corte estadual no acórdão impugnado, o que obsta sua análise pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância. Precedente. 5. Não raras vezes se tem conhecimento de imputações da prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal permeadas de

situações sinuosas, de inverdades e de criações fantasiosas. Assim, formado o convencimento mínimo, que, em casos como tais, só se alcança após certo decurso de tempo – até mesmo por questões de prudência –, é de se requerer a constrição do réu que, presentes os requisitos contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, deve ser decretada pelo juízo. Precedente. 6. Writ parcialmente conhecido e, nessa parte, ordem denegada. (HC 417.226/SP, Rel. Ministro , SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2020, DJe 16/10/2020) PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA DUAS FILHAS MENORES DE 14 ANOS. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. MODUS OPERANDI E REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. A prisão preventiva está adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, com o fito de garantir a ordem pública e a instrução criminal, diante da gravidade concreta da conduta criminosa, indicando a periculosidade do paciente que, aproveitando-se de relação familiar, cometeu abusos sexuais consistentes em atos libidinosos e conjunção carnal contra suas duas filhas, então com 4 e 8 anos de idade. Segundo consta, ao completar 8 anos de idade, a vítima, filha do paciente, passou a sofrer abusos, consistentes em conjunção carnal, dentro de sua casa, por várias vezes, entre os anos de 2014 e de 2018. O paciente, visando o silêncio da filha, dava-lhe dinheiro. Já em fevereiro do corrente ano, prometendo um celular para sua filha de 4 anos, despiu-a e com ela manteve conjunção carnal, ocorrência posteriormente relatada para a tia, que comunicou os fatos à autoridade policial. Ao saber dos abusos cometidos contra a sua irmã mais nova, a primeira vítima relatou para sua mãe a violência sexual sofrida. 4. As condutas descritas, por si só repugnantes, revelam reprovabilidade que extrapola o tipo penal, diante do modus operandi empregado, na medida em que ocorridas no âmbito familiar, sendo o paciente pai das vítimas. 5. A prática da conduta criminosa por longo período de tempo, perdurando por cerca de 4 anos, reforça a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública com o fito de evitar a reiteração delitiva. 6. Habeas corpus não conhecido. (HC 455.994/SP, Rel. Ministro , QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2020, DJe 11/10/2020) Como se vê, a expressa referência à existência da gravidade em concreto da ação do Paciente não pode ser considerada como fundamentação inidônea, porquanto a Magistrada de primeiro grau ressaltou elementos relevantes e consentâneos ao caso concreto para embasar a necessidade de garantia da ordem pública, estando esses elementos, inclusive, de acordo com o entendimento majoritário do STJ e dos Tribunais, conforme destacado nas jurisprudências acima colacionadas. Nesse trilhar, da análise de tudo quanto exposto acima, sem dúvida, vislumbra-se que o decreto prisional foi lastreado na existência do periculum libertatis e do fumus commissi delicti, e que não se firmou em argumentação abstrata e sem vinculação com os elementos dos autos. Nesse diapasão, a análise cuidadosa dos autos, demonstra que o Paciente

encontra-se preso em razão de decreto de prisão preventiva que preencheu todos os requisitos exigidos, não se verificado, na documentação juntada, qualquer vício ou ilegalidade a ser sanada. Vale dizer que a substituição da segregação cautelar por medidas cautelares do art. 319 do CPP somente é cabível quando as cautelares diversas da prisão forem suficientes para atender às finalidades (como evitar a prática de infrações penais – art. 282, inciso I, CPP). Na situação dos autos, contudo, claramente as cautelares previstas no art. 319 do CPP são insuficientes, diante da gravidade em concreto da conduta delitativa em apreço.

02- DAS SUPOSTAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE Importa frisar que, malgrado tenha a Impetrante apontado ter o Paciente condições pessoais favoráveis, tais circunstâncias, por si sós, não têm o condão de invalidar o decreto prisional. De fato, a favorabilidade das condições pessoais, mesmo se existentes, não garante ao indivíduo aguardar o deslinde da persecução em liberdade, quando comprovada a necessidade da decretação do cárcere. Sobre a matéria, posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE CONCRETA DA SEGREGAÇÃO. PARTICIPAÇÃO EM QUADRILHA DE ROUBO A CAMINHÕES DE CARGA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. IRRELEVÂNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS DA CAUTELA. ORDEM DENEGADA. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP. Na hipótese dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente motivada pelo Tribunal de origem. O colegiado demonstrou, com base em elementos concretos, a necessidade da custódia dos pacientes, diante do modus operandi do delito imputado aos acusados, consistente, ao que se aparenta, em organização criminosa voltada ao assalto de caminhões de carga. In casu, registrou-se o roubo de cerca de 26 toneladas de alumínio, avaliadas em quase R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), por meio de concurso de, ao menos, sete agentes armados. Ademais, esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela. Forçoso, portanto, concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública e evitar a reiteração delitativa, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade.(HC 366959 / SP, Relator: Ministro , Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 25/10/2020, Data da Publicação/Fonte: DJe 07/11/2020) (grifos nossos) (...) Por outro lado, é cediço que a alegação das condições pessoais favoráveis do acusado não é, por si só, suficiente para concessão da ordem, notadamente quando a arguição não encontra respaldo na prova pré-constituída, nem são desautorizados, por ausência de impugnação específica, os fundamentos do decreto prisional em vigor. (STJ – HC: 0018873–14.2015.8.05.0000 BA, Relator: Ministro , Data de Julgamento: 02/02/2020, Data de Publicação: 12/02/2020)(grifos nossos). É COMO VOTO. Ex positis, de acordo com os termos do voto proferido, acolhe esta Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, por unanimidade, o voto da Relatora, por meio do qual, se DENEGA A ORDEM DE HABEAS CORPUS IMPETRADA

COM RECOMENDAÇÕES PARA QUE A AUTORIDADE IMPETRADA PROCEDA A REAVALIAÇÃO CAUTELAR NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 316 DO CPP. Salvador/BA, de de 2023. Desa. – 1ª Câmara Crime 2ª Turma Relatora